SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO IFMT

Mês	**Setembro**/2020
Convocação	010/2020/CONSUP/IFMT
Dia	**25** de **setembro** de **2020**
Horário	08h30 às 11h30
Local	Web conferência
Secretária	Isabela Silva Campos
Transmissão	https://www.youtube.com/watch?v=lI4yOignnOc

PRESENÇAS	
Gláucia Mara de Barros	**Presidente Substituta do Conselho Superior**
Demétrio de Abreu Sousa	Titular – Representação Docente
Marcelo Ferreira de Arruda	Titular – Representação Docente
Antônio Nobre da Silva	Titular – Representação Docente
Alexis Vinicius de Aquino Leal	Titular – Representação Docente
Claudionor Nunes Cavalheiro	Titular – Representação Docente
Ali Veggi Atala Júnior	Titular – Representação Técnico-Administrativo
Chalani Kinthia de Freitas	Titular – Representação Técnico-Administrativo
Edna Pereira dos Santos Ferreira	Titular – Representação Técnico-Administrativo
Débora Neves de Melo	Titular – Representação Técnico-Administrativo
Ivo da Silva	Suplente – Representação Técnico-Administrativo
Elias da Silva Vasco Júnior	Titular – Representação Discente
Cleber Irineu Rodrigues da Silva	Titular – Representação Sociedade Civil
Rubens de Oliveira	Titular – Representação Sociedade Civil
Marcus Vinicius Taques Arruda	Titular – Representação Colégio de Dirigentes
Sandra Maria de Lima	Titular – Representação Colégio de Dirigentes
Julio César dos Santos	Titular – Representação Colégio de Dirigentes
Wander Miguel de Barros	Suplente – Representação Colégio de Dirigentes
Eliel Regis de Lima	Titular – Entidade Sindical
Elaine Borges Monteiro Cassiano	Titular – Ministério da Educação

ABERTURA
Aos **vinte e cinco** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte**, às oito horas e trinta e cinco minutos, via *web conferência*, deu início a 28ª Reunião Extraordinária do CONSUP.

PAUTA
1 – Leitura e Aprovação da Ata
A ata da 46ª Reunião Ordinária, realizada em 17/08/2020, foi encaminhada para apreciação dos conselheiros e não houve pedido de alteração.

2 – Informes Gerais
2.1 – Justificativa de Ausência
1) Eudes Franco Neto: demandas de trabalho.
2.2 – Solicitação de Inclusão de Pauta
2.2.1 A Comissão Eleitoral designada para a organização e realização das eleições da CPPD solicita a homologação do processo de consulta para escolha dos representantes da CPPD/NPPD do IFMT.
Submetida à votação, a solicitação de inclusão de pauta foi aprovada pelo pleno.
2.3 – Solicitação de Exclusão de Pauta
1.3.1 – Não houve.
3 – Ordem do Dia
3.1 Homologação do processo de consulta para escolha dos representantes da CPPD/NPPD do IFMT - Processo nº 23188.004370.2019-99, sob relatoria dos Conselheiros Antônio Nobre da Silva, Edna Pereira dos Santos Ferreira, Débora Neves de Melo. **3.2** Relatório da Auditoria Interna de recomendações não atendidas com prazo superior a 12 meses - Processo nº 23188.001943.2019-22, sob relatoria dos Conselheiros Marcelo Ferreira de Arruda, Chalani Kinthia de Freitas, Ali Veggi Atala Júnior, Marcus Vinicius Taques Arruda e Sandra Maria de Lima.
Pauta
3.1 Homologação do processo de consulta para escolha dos representantes da CPPD/NPPD do IFMT - Processo nº 23188.004370.2019-99, sob relatoria dos Conselheiros Antônio Nobre da Silva, Edna Pereira dos Santos Ferreira, Débora Neves de Melo. **Antônio Nobre da Silva** Disse que a Edna e a Débora também fazem parte da comissão, pontuou que esse processo é um pouco diferente

da eleição do CONSUP, porque cada campus tem que estabelecer uma comissão e relatou que não foi fácil, teve falta de comunicação e que várias condições dificultaram o trabalho, mas que a comissão chegou ao final com êxito. Relatou que a comissão definiu os prazos, através do cronograma, que foi reformulado por causa da volta das aulas na pandemia e afirmou que os prazos foram pensados em finalizar antes do final do mês porque era o prazo do mandato do CONSUP, então foi estabelecido que no dia 18/09/2020 era o último dia para enviar todos os dados, inclusive, daqueles lugares que não tiveram eleição, porque nos campi que não tinha inscrito ou que tivesse apenas o número de inscrito insuficiente, esse processo seria por indicação. Disse que todos os campi cumpriram o prazo, com exceção do campus São Vicente, que enviou os nomes dos indicados que seriam os suplentes de forma intempestiva e a comissão entendeu que foi fora de prazo, então não foi fechado o quadro de São Vicente. Justificou que está recomendando isso porque fica para o próximo mandato do CONSUP, com os novos membros, abrir um processo extemporâneo de indicação para concluir a composição do Campus São Vicente.

Débora Neves de Melo
Agradeceu ao Conselheiro Antônio e pontuou que acredita que a CPPD tem pela frente um desafio muito grande de reconstrução do significado da sua luta. Acrescentou que percebeu um esvaziamento do significado da luta docente e que esse processo atinge violentamente os docentes e os técnicos e todo o serviço público de se reinventar e de ressignificar o significado de ser servidor público diante da sociedade e diante de tudo que está sendo vivido.

Fábio Luis Bezerra
Agradeceu e parabenizou o grupo de trabalho e lembrou da necessidade, como a Débora colocou, de ressignificar essas representações de classe nos campi e na instituição. Relatou que esteve observando a situação de votação e que foram poucos os campi que tiveram dois representantes eleitos, a grande maioria precisou ter a recomposição por indicação dos diretores. Pontuou que isso significa uma grande ausência de interesse pela própria carreira e acrescentou que é importante buscar formas e refletir sobre essas situações não só dos docentes, pois também houve essa dificuldade na composição da CIS. Disse que é um problema atual que precisam estar atentos e buscar formas de fortalecer para que, no futuro, continue a situação de servidor público sendo respeitada e com qualidade.

Submetido à votação a homologação do resultado, foi aprovada.

3.2 Relatório da Auditoria Interna de recomendações não atendidas com prazo superior a 12 meses - Processo nº 23188.001943.2019-22, sob relatoria dos Conselheiros Marcelo Ferreira de Arruda, Chalani Kinthia de Freitas, Ali Veggi Atala Júnior, Marcus Vinicius Taques Arruda e Sandra Maria de Lima.

Marcelo Ferreira de Arruda
Disse que esse grupo de trabalho começou os trabalhos em fevereiro de 2019 e agradeceu a equipe da AUDIN por toda a ajuda que dispensaram. Recomendou que os gestores deem atenção as recomendações da AUDIN e explicou que algumas recomendações eram muito simples, não havia manifestação da unidade e que isso acaba trazendo até um certo constrangimento. Ponderou que tinham situações que não estavam na figura do gestor conseguir resolver aquele determinado problema, mas afirmou que a unidade tem que responder de uma forma coerente, não simplesmente que não é possível de ser executada. Acrescentou que esta relatoria é do ano de 2013 até 2017 e que por isso que ela ficou tão grande e orientou que o próximo CONSUP não deixe acumular. Recomendou ainda desmembrar as recomendações da Reitoria com as recomendações dos campi porque são universos totalmente diferentes e fica muito amplo. Agradeceu a Conselheira Chalani pelo empenho, ao professor Demétrio, ao Prof. Dimorvan e ao Antônio também. Explicou que o GT começou a identificar as atividades e os problemas e manteve todas as orientações da AUDIN de apurar responsabilidade do gestor e informou que, em determinado momento, o grupo chegou à conclusão de que o campus precisava se manifestar. Pontuou que não era prerrogativa passar para os campi para que eles pudessem verificar se eles resolveram ou não essa pendência, mas o GT tomou essa decisão para que eles também pudessem olhar e sensibilizar e então o grupo entrou em contato com todos os campi. Relatou que o grupo observou o caminho de cada recomendação. Se ela teve origem em 2014, por exemplo, viu a manifestação dela em 2014, 2015, 2016 e 2017 para que pudesse ter uma visão e dar uma definição dos enquadramentos. Pontuou que trabalharam muito foi com arquivamento e Termo de Assunção de Risco, que foi alterado na reunião anterior para que o gestor pudesse manifestar também o porquê que ele está assumindo o risco pela não execução daquela determinada recomendação. Acrescentou que, com a alteração, esse termo dá a possibilidade de o gestor justificar o porquê que ele não efetuou aquela determinada atividade naquele determinado momento e pontuou que o conselho anterior não teve essa visão porque é a primeira vez que o CONSUP está fazendo uma análise dessas recomendações. Reforçou que o grupo deu essa oportunidade para os campi, Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas para que eles pudessem responder e retornar essas atividades, esclareceu que esse processo não foi tão rápido e que começou em agosto do ano passado e, infelizmente, terminou em agosto desse ano. Disse que teve situações que o campus não respondeu e teve também pró-reitores que não responderam e que, nesse caso, quando não houve uma resposta, o grupo recomendou o Termo de Assunção de Risco. Na sequência, apresentou um quadro com o quantitativo de recomendações para arquivar, para apurar responsabilidade, de termo de assunção de risco e o total de todas as unidades do IFMT.

Demétrio de Abreu Sousa
Afirmou que, considerando que o relatório foi enviado num prazo para leitura e considerando o trabalho sério do GT realizado junto com a Auditoria Interna, acredita que não dá para ler todas as recomendações durante a reunião e sugeriu fazer a votação em bloco. Sugeriu fazer a relatoria final e adiantou que vai acompanhar o

parecer do grupo.

Gláucia Mara de Barros
Perguntou se todos estão de acordo com a proposta do Demétrio e pontuou que o relatório foi encaminhado e todos os conselheiros tiveram a oportunidade de fazer uma leitura, pelo menos, superficial. Disse que essa comissão estreou essa nova norma, porque antigamente a auditoria fazia todos os relatórios e colocava no PPP, porém não era submetido ao Conselho Superior. Afirmou que tem recomendações desde 2013 e que realmente é bastante desgastante, são muitos volumes, muitas considerações a serem feitas e que ratifica a fala do Demétrio, pois é uma comissão extremamente ética e de condutas ilibadas. Acrescentou que leu o trabalho da comissão, fez alguns questionamentos a alguns gestores perguntando por que deixaram chegar com tantas considerações e ponderou que é realmente por ter um monte de afazeres, sempre chega mais um e não conseguem zerar tudo. Mas que a partir de agora, todas as Pró-Reitorias, Diretorias e todos os campi terão uma atenção voltada à Auditoria, principalmente, nessas recomendações para que ela não chegue ao CONSUP e venha com advertência, pedido de apuração de responsabilidade, entre outros. Pontuou que acredita que a proposta de Demétrio deve ser considerada e que gostaria de ouvir os conselheiros se concordam ou não.

Eliel Regis de Lima
Afirmou que tem recomendações desde 2014 do relatório de auditoria e que é praticamente inviável analisar um relatório desse tamanho em tão pouco tempo e algumas coisas precisaria de esclarecimento e de mais informações dos processos, então fica muito complicado para todos os conselheiros avaliarem isso de forma, pelo menos, coerente, olhando ponto por ponto. Disse que acha que prevalece a orientação da Auditoria e a análise feita pela comissão que analisou esses trabalhos. Pontuou que tem muitos casos que houve pagamento por falta de planejamento, houve prejuízo financeiro para a instituição, como o pagamento de aluguel a mais, aditivo de contrato sem parecer jurídico, que não dá para analisar qual foi o motivo naquela época, se era emergência ou não, mas que olhando à primeira vista foi uma coisa ilegal e, logo após, ponderou que é de 2014 e já não tem como fazer muita coisa mais, a não ser responsabilizar os gestores da época por isso, mas que ainda teria que analisar também qual foi a condição que foi feito isso. Diante disso, pontuou que esse relatório desse tamanho gera uma impossibilidade de análise mais concreta e mais específica e questionou se foi adotada já alguma medida para que isso não ocorra, se foi definida alguma regra, por exemplo, que a análise do relatório é semestral ou anual e tem que vir já para o CONSUP analisar para não ter esse acúmulo. Questionou ainda se esses erros por falta de planejamento foram corrigidos ou há reincidência desses gestores e outros erros também por falta de planejamento e destacou que isso que tem que ser mais trabalhado para que haja esse planejamento e para que esses erros não se repitam. Acrescentou que é importante que essas falhas não sejam comuns, porque o processo já encerrou e não tem como fazer mais nada, mas fica um prejuízo para a instituição, então essas práticas têm que ser evitadas e tem que ter algum trabalho em cima disso para que não continue

ocorrendo. Reforçou que o mais importante que aprovar ou não, é o que está sendo feito para que essas falhas por planejamento ou por falta de atenção ou por falta de um parecer jurídico não continuem ocorrendo na instituição.

Marcelo Ferreira de Arruda
Com relação ao planejamento, afirmou que em 2013 o Instituto Federal ainda estava em formação, no processo ainda de expansão, e o que percebeu que faltava eram instruções normativas que regulassem as atividades da instituição. Relatou que viu muito a AUDIN solicitando a instrução normativa para que não ocorra mais isso, então o que precisava fazer para não ocorrer mais esses processos era esse amadurecimento da instituição e criar normativas. Acrescentou que se o gestor atual olhou para aquela situação e não resolveu aquela recomendação, tanto o anterior quanto esse atual pode responder por apuração de responsabilidade. Explicou que não é por que uma ação ocorreu na gestão anterior, a Audin identificou essa mesma infração e esse atual gestor não sanou ela, ele também está fazendo parte do processo. Pontuou que isso ocorreu em alguns campi e reafirmou que por isso o grupo de trabalho abriu para os campi para que eles pudessem responder. Esclareceu que muitos campi manifestaram que foi instituída uma normativa para determinada recomendação e expôs que, se o campus falava que tinha normativa, foi sugerido o arquivamento. Mas que se o campus respondeu que ia fazer uma portaria para executar essa atividade, o grupo recomendou direto o Termo de Assunção de Risco, porque o problema não foi resolvido.

Chalani Kinthia de Freitas
Esclareceu que o GT colocou como Termo de Assunção de Responsabilidade aquelas situações que ainda estão em desenvolvimento, mas ainda não concluídas, e que teve alguns Termos de Assunção de Responsabilidade que foram situações que talvez já estejam concluídas, mas que o campus não informou.

Marcelo Ferreira de Arruda
Disse que todas as constatações em que houve indícios de dano ao erário, a AUDIN já indicou no relatório dela para apurar responsabilidade, afirmou que todo conselheiro precisa passar por oficinas para fazer essa análise e ponderou que a instituição não tem recursos humanos suficientes para fazer determinadas atividades.

Dimorvan Alencar Brescancim
Disse que é importante analisar esse tipo de relatório com bastante tranquilidade porque percebe que a administração pública feita no instituto é uma administração propositiva e que, na verdade, no contexto geral têm os problemas, mas que é importante destacar que fazer gestão pública no executivo é bastante difícil. Esclareceu que, por trás desses números, existem ao longo do tempo instituições que estavam em implantação com equipes novas e desqualificadas, tendo que aprender o processo administrativo e executar o orçamento

muitas vezes sem a qualificação necessária e com quadros de pessoal, às vezes, bastante deficitários, trazendo uma sobrecarga nas atividades administrativas que envolvem os problemas apontados normalmente nas auditorias. Citou o exemplo de Primavera que, na Portaria 246, deveria ter 45 técnico-administrativos e tem 25 em exercício, e enfatizou que a sobrecarga das pessoas que trabalham nessas instituições, em muitos casos, é muito grande e acaba esse excesso de atividades trazendo o risco do erro. Pontuou, porém, que tem quase certeza que são erros formais. Ressaltou que o Marcelo acabou de dizer que qualquer problema mais grave, a auditoria já aponta e que, apesar de ser um número expressivo, são erros de formalidade, sem dolo, sem alguma coisa mais grave, então é importante levar em consideração isso para não soar que, na verdade, os gestores não estão cumprindo com o devido zelo as suas responsabilidades. Acrescentou que há outra situação no Brasil e se sente à vontade para falar, por ter 32 anos no instituto e boa parte dessa trajetória na gestão, é que o país é desorganizado, os orçamentos são elaborados e aprovados no ano anterior, mas na execução as coisas acontecem de forma totalmente imprevisível. Tem os contingenciamentos e os cortes e, em dezembro, na última hora, o governo resolve liberar o dinheiro e então os gestores, na ansiedade de buscar a execução dos recursos para poder atender as demandas das instituições, acabam tendo que buscar mecanismos para poder garantir a execução orçamentária e não ser taxado de incompetente porque não gastou o orçamento. Afirmou que existem por traz desses números inúmeras justificativas das pessoas que estão lá dentro das instituições e que enfrentam esses problemas e pontuou que fala até da resposta às notificações que a auditoria faz, pois o volume é tão grande de atividades para um grupo tão pequeno de pessoas em alguns casos que ficam apagando fogo o tempo inteiro e não sobra tempo para fazer coisas importantes como responder ou buscar as informações dentro da instituição para responder os apontamentos da auditoria. Relatou que Primavera tem dois casos de apurar responsabilidade, que são casos que aconteceram há bastante tempo e que tratam de erro de formalidade. Explicou que um deles é uma viagem de uma colega em que foi feito o ressarcimento e depois a pessoa não tinha todos os comprovantes e acabou tendo dificuldade de prestar conta, mas a viagem aconteceu e o seu objetivo foi atingido. Pontuou que gostaria de fazer esse comentário no sentido de chamar a atenção dos conselheiros e de quem estiver assistindo que não dá, muitas vezes, para analisar esses números de uma forma fria, é preciso analisar caso a caso e observar quais eram as condições que aquela equipe tinha, muitas vezes, para poder fazer a execução orçamentária e financeira.

Fábio Luis Bezerra

Parabenizou a comissão pelo belíssimo relatório apresentado e enfatizou a importância do trabalho da auditoria. Pontuou que a instituição tem um histórico de crescimento muito acelerado e que nesse crescimento houve no início de funcionamento dos campi muita dificuldade com relação à situação de procedimentos, com relação à fiscalização das situações, coisas que hoje já se observa que tem boas práticas e que já tem o passo-a-passo dos procedimentos e isso tem facilitado o trabalho das atividades de gestão e reduzido significativamente o número de apontamentos. Relatou que, quando assumiu a gestão do campus em 2014, muitos desses apontamentos já

existiam e pela pouca quantidade de servidores e pela quantidade de atividades, o campus acabava não tendo tempo hábil ou não apresentando uma resposta pertinente que contemplava a situação. Acrescentou que é muito significativa a situação dos avanços que tiveram com relação a todos os processos e hoje quase todos já são eletrônicos e isso tem facilitado muito o trabalho de acompanhamento da boa execução de tudo que a instituição tem feito, não só na questão orçamentária, porque muitos dos apontamentos hoje não são só relacionados à questão orçamentária, mas também à questão do patrimônio, à questão pedagógica também, entre outras. Ressaltou que o instituto continua com déficit de servidores, que já era um problema desde o início, só que hoje busca aperfeiçoar as práticas para facilitar o trabalho. Disse que lembra as dificuldades que tinham lá atrás, tem hoje situações bem melhores, mas essas dificuldades e muitos desses apontamentos lá de trás realmente não foram sanados no seu tempo hábil. Disse que esse relatório provocou muitas reflexões para ele em relação ao campus e ao número de apontamentos que tem e que acredita que esse relatório vai ser encaminhado para todos os campi depois e também em conjunto com a Reitoria para verificar quais as providências que precisam ser tomadas.

Claudionor Nunes Cavalheiro
Disse que essa problemática que vai canalizando um relatório já vem sendo discutida há algum tempo dentro do CONSUP e que parte de sua fala já foi contemplada pelo Fábio e pelo Dimorvan, que é a falta de servidores. Ressaltou que é um passo extremamente importante para os próximos gestores que entrarão no processo de eleição priorizar que caminho que o IFMT quer para o seu futuro: se quer atender melhor a sua clientela dentro de uma legalidade ou atender cada vez mais assumindo os riscos da falta de servidores. Acrescentou que já houve uma expansão do IFMT nos anos anteriores em vários municípios, pontuou que isso é extremamente importante, mas questionou qual foi o custo dessa expansão. Prosseguiu dizendo que o instituto tem uma defasagem enorme de servidores, principalmente, de técnico-administrativos, que são os que dentro dessas manifestações da AUDIN, geralmente são os mais responsabilizados, por estarem nos setores administrativos. Argumentou que se não tiver professor, não tem aula, mas se tiver poucos servidores no DAP, o processo vai ter que tramitar e o servidor vai ter que fazer duas ou três funções e declarou que o IFMT tem que tomar um posicionamento. Reforçou que a instituição está no nível de maturidade que precisa definir se vai atender bem o que consegue atender com o número de servidores que tem ou se vai querer voar com o número de servidores que tem e ponderou que a auditoria vai trazer a conta, porque os processos podem estar mal formalizados, ter vícios e estar sendo geridos por servidores que tem acúmulo de função. Afirmou que, às vezes, o instituto quer atender enormemente bem só que com o número pequeno de servidores, pontuou que a tendência é piorar esse número e indagou qual será o impacto disso no próximo relatório da Audin. Expôs que a expansão trouxe enormes benefícios, mas trouxe também problemas, que é essa falta de servidores e eles estão cada vez mais tendo que fazer mais, trabalhando mais, e surgem os problemas de saúde, com tendência a piorar. Acrescentou que acredita que isso está enormemente na falta de servidores e que espera que a alta gestão tenha um cuidado

quando for implantar novas políticas de atendimento aos campi para que não tenha no próximo relatório um número excessivo de recomendações.

Dimorvan Alencar Brescancim
Disse que pediu para o Wanderlei dar uma olhada no caso de Primavera e esclareceu que os dois casos dizem respeito a um processo de uma viagem de uma colega em que o campus fez o ressarcimento após a realização da viagem porque não tinha o recurso. Disse que a colega fez a viagem, participou do evento, mas que o procedimento foi questionado e explicou que não tem nada de grave, porque a viagem aconteceu e foi um erro de formalidade. Sugeriu que esse conselho, ao avaliar o relatório da comissão, proponha, solicite e recomende que seja respeitada a Portaria nº 246 e que sejam providos aos campi o número de servidores que está previsto no ato de criação das unidades para que isso alivie essa sobrecarga que todos os colegas citaram. Sugeriu também que o conselho coloque como recomendação no ato de análise do relatório da auditoria que o instituto busque e solicite que tenha a Procuradoria fortalecida, uma vez que só tem um Procurador, o Dr. José Roberto, para cuidar das 19 unidades e da Reitoria. Acrescentou que é importante que fosse provido mais um ou dois procuradores e os servidores necessários para que a Procuradoria tenha a força de trabalho necessária para dar celeridade e dar apoio jurídico aos processos orçamentários, financeiros e administrativos das unidades.

Gláucia Mara de Barros
Informou que já foi solicitado mais dois Procuradores desde quando o professor Willian entrou, mas eles negaram e negam constantemente porque os procuradores estão aposentando e não estão fazendo concurso para novos, então eles estão num déficit muito grande.

Demétrio de Abreu Sousa
Pontuou que acredita que é um caminho que a instituição vai seguir, ainda mais com o SUAP, em relação à questão da informatização e ter um sistema para essas questões de auditoria. Acrescentou que é importante a questão de treinamentos constantes não só para os conselheiros, mas para todos os servidores dos campi e enfatizou que os servidores precisam entender o que é um processo de ponto, um processo de licitação e também a necessidade de cumprir as recomendações da auditoria.

Antônio Nobre da Silva
Afirmou que nesse ano já foi apresentado na reunião do CONSUP a questão do corte do orçamento, em especial, do Instituto Federal e que friamente dá para entender como é o ataque e significa dizer que de 2016 para cá, tendo início com o governo Temer, piorou mais ainda o ataque ao serviço público. Parabenizou a comissão e pontuou que a própria comissão já mostra a dificuldade que teve pela falta de mão de obra para atuar. Enfatizou que é difícil mesmo administrar e planejar com os recursos da forma que chegam, muito em cima da hora ou

quando não tem. Reforçou que o relatório é importante nisso, porque dá os apontamentos, levanta o que não foi realizado e, em seguida, pontuou que é claro que, às vezes, pode ter sido uma coisa de formalidade, uma coisa simples pela falta de informação ou de orientação. Ponderou que muitas coisas podem ter sido por falta de próprio recurso e das próprias condições que a instituição pública enfrenta e destacou que corre-se o risco de discutir futuramente situações muito piores do que estão sendo vivenciadas hoje. Disse que tudo passa e para na questão do recurso humano, porque não tem como contratar e também não tem mais procurador para disponibilizar e o concurso público está sendo destruído na reforma administrativa. Finalizou dizendo que todos têm que ficar atentos porque senão daqui uns dias não terá nem o serviço público para discutir.

Gláucia Mara de Barros
Disse que o instituto cresceu exponencialmente em todos os sentidos e que, quando encontrou alguma dificuldade, foi criando os seus regulamentos, foi se educando e se adaptando ao que foi sendo solicitado. Destacou que hoje a instituição tem Gestão de Risco, Portal da Transparência, PDTI, acompanhado diuturnamente pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, tem também o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que acompanha e dá suporte a este Conselho Superior. Acrescentou que tem também a PROAD fazendo seus manuais e que isso é importantíssimo para ter um norte e fazer a uniformização das atividades.

Marcelo Ferreira de Arruda
Procedeu à leitura do parecer de relatoria, conforme segue: "Aos sete dias do mês de fevereiro de 2019, por meio da Resolução nº 07, foi instituído um grupo de trabalho para analisar o Relatório de recomendações não atendidas, emitidas pela Auditoria Interna, a todas as unidades que compõem o IFMT. A equipe constituída recebeu o relatório ora citado por meio do Memorando nº 81/2018, de 18 de dezembro de 2018, emitido pela AUDIN e endereçado ao Presidente do Conselho Superior do IFMT. No memorando constavam quadros que resumiam, por unidade administrativa, as recomendações não atendidas com seu respectivo relatório de auditoria e o número a ela atribuída no relatório. As recomendações remontam desde o ano de 2013 até o ano de 2017. O memorando foi também orientativo, no sentido que explicava as opções para a análise, quais eram: (1) arquivamento, quando constatado o atendimento da recomendação; (2) apuração de responsabilidade, quando constatado prejuízo ao erário público; (3) prejudicada, quando já não fazia mais sentido o atendimento ou quando o atendimento da recomendação depende de esferas administrativas superiores ao IFMT; (4) Termo de Assunção de Risco, quando há motivos específicos para que o gestor não tenha acatado a recomendação. Os conselheiros, em posse do relatório, oportunizaram ao longo do ano de 2019 e até o mês de agosto do corrente ano, a manifestação sobre as recomendações. Aos 22 dias do mês de janeiro de 2020, em decorrência do encerramento da participação da Conselheira Aline, foi expedida nova resolução que agregou à equipe mais três conselheiros, dos quais efetivamente agregam esforços ao primeiro, o Conselheiro Ali Veggi Atala Júnior e a

Conselheira Sandra Maria de Lima. A partir das respostas, os conselheiros se reuniram e dentro das orientações da AUDIN, analisaram todas as recomendações e decidiram o procedimento cabível a cada uma delas. No ato da análise, a partir dos quadros enviados pela AUDIN, acrescentou-se mais uma coluna para registrar a decisão do GT quanto ao arquivamento, apuração de responsabilidade, emissão do termo de assunção de risco ou prejudicada e conseguinte arquivamento. No decorrer dos trabalhos, averiguou-se a necessidade do aprimoramento do Termo de Assunção de Risco de modo a torná-lo mais explicativo e proporcionar melhor entendimento da causa do não atendimento da recomendação, outrossim, a alteração proposta favorece análises futuras do documento. A alteração do termo de assunção, constante da Resolução 37/2017, em seu Anexo I, foi aprovado na 27ª Reunião Extraordinária do CONSUP, do dia 22/09/2020. Todos os documentos ora citados nesse histórico serão anexados a este parecer. *Mérito*: A Resolução nº 97/2017 instituiu o monitoramento das implementações das recomendações emitidas pela auditoria interna do IFMT, através do PPP - Plano Permanente de Providências e define que o relatório das recomendações não atendidas pelos gestores de unidade deverá ser encaminhado ao Presidente do Conselho Superior para que tome uma das providências elencadas no art. 4º da Resolução CONSUP nº 97, sendo, então, atribuição do conselho realizar a presente análise com vistas a fundamentar a decisão do Presidente do CONSUP. *Parecer do Relator(a)*: Dentre as 1039 recomendações não atendidas apresentadas pela AUDIN, 707 o Grupo de Trabalho recomenda o arquivamento, pelos motivos expostos nas tabelas analisadas no presente processo, 46 orienta para abertura de processo com o intuito de apurar responsabilidade e 286 aponta a necessidade de lavratura e emissão do termo de assunção de responsabilidade. *Voto dos relatores*: Diante do trabalho realizado, os conselheiros empenhados na análise recomendam a aprovação da análise realizada e pede ao Presidente deste Conselho Superior que tome as providências cabíveis no sentido da abertura dos processos de apuração de responsabilidade, de lavratura e emissão dos termos de assunção de risco ou do arquivamento das recomendações assim analisadas. É o que votamos."

Na sequência, submetido à votação pela Presidente Substituta do Conselho, foi aprovado. O conselheiro Eliel se absteve de votar.

ENCERRAMENTO

Aos **vinte e cinco** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte**, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, encerrou-se a 28ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do IFMT. O Presidente do CONSUP agradeceu a disposição e a participação dos membros do Conselho.